



Encontro
da Rede **10**^o
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

TRAJETÓRIA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: COLONIZAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E ECOLOGIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Karini Aparecida Scarpari¹
Alfio Brandenburg²

GT 5 - Conflitos socioambientais, dinâmicas espaciais e as instituições e políticas do desenvolvimento territorial.

RESUMO

O reconhecimento da crise socioambiental é uma oportunidade de refletir sobre o papel da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial sustentável. Desse modo, o trabalho discute os processos de desenvolvimento territorial na região Oeste do Paraná. Utilizando a pesquisa bibliográfica fez-se uma análise a partir de uma abordagem histórico-crítica num exercício de interpretação e representação dos fatos elencados cujo objetivo é entender como os processos de transição da matriz produtiva em curso transpõem o debate sobre o desenvolvimento territorial sustentável e quais são os limites. Para isso, a trajetória territorial é apresentada em três momentos: colonização, modernização agrícola e a ecologização da agricultura. Por fim, verificamos que a ecologização da agricultura é orientada por novos arranjos territoriais com foco na transição produtiva alinhados a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável. Contudo, falta mensurar o grau de autonomia dos agricultores no que se refere a tomada de decisão sobre seus sistemas produtivos.

Palavras-chave: Dinâmicas espaciais, Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia.

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1940-70 a região Oeste do Paraná vivenciou sussecivas dinâmicas espaciais que compreendem: a expansão da fronteira agrícola, também chamada marcha para o Oeste; a política agrícola de inserção do pacote tecnológico trazidos pela revolução

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) na Universidade Federal do Paraná (UFPR), karini.scarpari@gmail.com.

² Atualmente é professor titular sênior da Universidade Federal do Paraná, com participação nos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) e Sociologia, alfiob@hotmail.com.br.

verde; e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Todos esses projetos foram implementados pelo Estado brasileiro sob a justificativa de proteção das áreas de fronteira via ocupação territorial, da modernização do campo e, por último, de desenvolvimento da matriz energética.

A colonização do Oeste do Paraná inicia com a chegada de empresas madeireiras que passam a se instalar na região encarregadas de derrubar a mata e vender a madeira para em seguida lotear as terras e vender aos colonos vindo do Sul do país. Somado-se a isto tem-se a implantação do projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu na fronteira do Brasil com o Paraguai que ocasionou a inundação de uma parcela de terras agrícolas da região e a modernização agrícola. De acordo com Zanoni e Raynaut (2015), esse processo provocou problemáticas socioambientais como, por exemplo, o desflorestamento de 83% da cobertura vegetal original e a desapropriação forçada dos agricultores familiares de suas terras. Conforme os autores, o resultado desse processo foi o desaparecimento de 93% dos agricultores familiares dedicados a produção de subsistência e a substituição de culturas alimentares por culturas agroindustriais.

Não é difícil de se imaginar que com tantas transformações acontecendo num curto espaço de tempo na região Oeste do Paraná, esta viria a se tornar palco de inúmeros conflitos socioambientais, sobretudo na década de 1980, quando ocorre a formação do reservatório de Itaipu que obrigou muitos agricultores a abandonarem as suas terras. Contudo, mediante as ações deliberadas pelo Estado brasileiro que se alinhava aos interesses do capital produziu reações entre os agricultores da região. Assim, os agricultores familiares locais começaram a se mobilizar em busca dos seus direitos e formaram o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná)³. O MASTRO serviu de exemplo para a organização dos trabalhadores rurais sem terra de várias regiões até da criação, em 1984, do Movimento Sem Terra (MST) no município de Cascavel, no Paraná, que unificou a luta pela reforma agrária no País.

Na década de 1990 uma mudança no enfoque sobre o desenvolvimento rural no Brasil passou a ganhar espaço na arena política de modo que outras abordagens foram ganhando cada vez mais legitimidade, como as discussões em torno da agricultura familiar e do seu

³ Para saber mais sobre o MASTRO consultar MORAES JUNIOR, Leozil Ribeiro de. Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990). 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira (Schneider, 2010). A crise socioambiental levou ao reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria chave para o desenvolvimento territorial, capaz de empregar formas de produção e consumo que estabeleçam um equilíbrio entre os seres humanos e a natureza. Assim, a agricultura familiar por meio das agriculturas de base ecológica, sobretudo a agroecologia, garante a sustentabilidade dos agroecossistemas, promove a conservação da biodiversidade e a soberania e segurança alimentar para a população (ALTIERI, 2012).

É a partir das preocupações quanto aos impactos da agricultura intensiva para a região Oeste do Paraná que entre os anos de 1990 e 2000 observa-se o surgimento de processos que orientam a transição ecológica do sistema agroalimentar territorial. Nesse momento, tem-se a formação de uma rede regional responsável pela disseminação de práticas mais equilibradas para o meio ambiente, associada com a organização social dos agricultores familiares locais. Portanto, é nessa fase que conseguimos caracterizar uma mudança no enfoque sobre o desenvolvimento territorial na região.

A promoção da agroecologia fica explícita através da Rede Ecovida de Agroecologia que por meio do Centro de Apoio à Promoção da Agroecologia (CAPA) atua na orientação dos agricultores familiares da região na transição e certificação dos seus sistemas produtivos. Graças ao CAPA, e com o apoio de instituições públicas locais, tem-se a formação em 2002 do Núcleo Oeste da Rede Ecovida com sede no município de Marechal Cândido do Rondon possibilitando a certificação de produtos orgânicos através dos Sistemas Participativos de Garantia (SPG) da Rede Ecovida. (SCARPARI, 2018).

Pesando nas sucessivas dinâmicas territoriais que acompanham a região Oeste do Paraná, indaga-se: A ecologização da agricultura contribuiu para o desenvolvimento territorial sustentável? A partir dessa problemática, a linha de análise que orienta esse trabalho corresponde a pesquisa bibliográfica sobre os períodos referente a colonização, modernização e ecologização da agricultura. Valendo-se de uma abordagem histórico-crítica fez-se um exercício de interpretação e representação dos fatos elencados com o objetivo de analisar como esses processos transpõem o debate sobre o desenvolvimento territorial sustentável.

OS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ: DINÂMICAS ESPACIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Levando em consideração a dinâmica espacial vivenciada no oeste paranaense, nas linhas a seguir nossa intenção é identificar aspectos referente aos três períodos: colonização, modernização agrícola e ecologização da agricultura evidenciando os processos sociais de uso e organização do espaço rural. Assim, busca-se analisar como os atores locais e o espaço rural são influenciados pelas forças extralocais relacionadas a ação do Estado em consônança com o capital e, mais recente, com as narrativas em prol do desenvolvimento rural sustentável.

Por último, verifica-se como se deu a emergência dos processos de transição para agriculturas de base ecológica e quais as instituições e organizações que atuam na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável na região.

A colonização e a prática de uma agricultura de subsistência

De acordo com Dias e Castelano (2015), as políticas de Estado aliadas aos interesses de empresas colonizadoras (capital privado), foram determinantes no processo de formação da região Oeste do Paraná. Um território que durante muito tempo foi controlado por estrangeiros que exploravam um sistema conhecido por *obrage*, dedicado a extração de erva-mate e madeira na região e que, também, fora habitado por indígenas, posseiros e pequenos produtores. Entretanto, esses grupos são sistematicamente apagados pela narrativa hegemônica do pioneirismo de migrantes vindos dos três estados do Sul do País.

De acordo com Santos (2019, p. 16)

A Marcha para o Oeste, ocorrida no Brasil, poder ser vista a partir da ótica de um processo migratório, porém não na perspectiva de um processo espontâneo. Ela objetivou atender aos interesses dos segmentos política e intelectualmente dominantes da época, ao tempo que se aproveitou de necessidades intrínsecas dos grupos sociais em busca de novos espaços para a constituição de novas territorialidades.

Schallenberger (2010) corrobora ao descrever sobre os processos de ocupação das fronteiras no Oeste paranaense que foram acompanhados tanto por interesses de ordem político-militar, como por interesses de ordem econômico-social. Portanto, por um lado, a política de ocupação do Oeste do Paraná está atrelada à razões de soberania nacional e, por outro lado, a resolução de outro problema de natureza social, que é o parcelamento da terra pelas famílias de agricultores que tinham como base a produção de subsistência e a

comercialização de excedentes.

O processo teve, em grande medida, sucesso também em razão das necessidades dos colonos imigrantes euro-brasileiros em conseguir terra para criar uma base de sustentação e de reprodução cultural sem embates com o latifúndio, principalmente com o pecuarista do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (SANTOS, 2019, p. 17)

Entretanto, alguns autores apontam para o fato de que

(...) as terras de algumas regiões no Oeste foram ocupadas por nordestinos vindos de Minas Gerais, de São Paulo e do Norte do Paraná. Estes não se chamavam de colonos e sim de sitiantes, o modo de vida e os métodos de cultivo os diferenciavam, pois dedicavam-se ao plantio de outras culturas, como café, algodão, hortelã, mamona, além dos tradicionais cultivos como milho, feijão e arroz, e pequena criação de animais. (SILVA; BRAGAGNOLLO E MACIEL, 1988 apud CRESTANI *et al.*, 2011, p. 8)

Ocorre que esses atores sociais conhecidos como posseiros, sitiantes e caboclos não estão devidamente referenciados no histórico de ocupação da região Oeste do Paraná, cujo colono é o protagonista. Na realidade, esses sujeitos do campo são, muitas vezes, originários de famílias camponesas expulsas de seus locais de vida e trabalho por causa de conflitos agrários e, também, de paraguaios que se instalaram na região com o fim das obras. Esses atores, que compõem o espaço rural, correspondem a uma figura pouco valorizada, que reflete a imagem do pequeno proprietário rural sem muita perspectiva ou ambição, que produz para subsistência e vivem quase que isolados, como é característico do modo de vida camponês.

O deslocamento dos trabalhadores rurais favorecia o amortecimento das tensões em torno da posse da terra, ao mesmo tempo, que ampliava as possibilidades de reprodução da família camponesa em outro lugar, tanto no caso de colonos vindos do Sul ou de sitiantes vindo do Sudeste e do Norte Pioneiro. (SCHALLENBERGER, 2010). Assim, criou-se um estímulo que trazia a possibilidade de trabalho e renda para o excedente populacional de camponeses que vinham de outros estados do Sul do País em busca de terras para produzir. Bao (2017, p.148) aponta que "a propaganda da 'empresa colonizadora' era promovida por corretores, no 'boca-a-boca' e, em alguns casos, panfletada em comunidades de imigrantes europeus/europeias nas 'colônias agrícolas' do Sul".

No entanto, a preferência das empresas colonizadoras em escolher vender essas

terras aos colonos do Sul, contrasta com a realidade diversificada dos sujeitos que vivem e trabalham no meio rural, e revela-se impregnada por critérios celetistas, de cunho racista, que ignoram a existência dos que já habitavam a região, ou seja, os indígenas, os posseiros e sitiantes vindos de outras localidades. Desse modo, a colonização da região Oeste do Paraná fez parte de um projeto ordenado pelo governo federal que tinha como base uma política econômica de desenvolvimento nacional. Trata-se do período em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil e implementou o projeto de Marcha para o Oeste.

A Marcha para o Oeste consistia em uma nova dinâmica territorial a partir de uma política de ocupação do território com a finalidade de preencher e nacionalizar as regiões de fronteira. Contudo, segundo Souza (2007), essa política de ocupação territorial atendia tanto a interesses estatais, de delimitar as fronteiras do país, bem como, interesses privados (empresas colonizadoras), sendo orientada por uma geopolítica de expansão da fronteira agrícola, com o incentivo à migração de agricultores dos estados do Sul do país.

A migração era realizada em grupos, geralmente formado por familiares, amigos e vizinhos, todos trabalhadores agrícolas, que adquiriam lotes numa mesma área. Este tipo de migração era estimulado pela empresa colonizadora, uma vez que as condições de infra-estrutura eram bastante precárias. A ajuda entre as famílias que migravam era imprescindível para a derrubada da mata subtropical, para a construção das casas e dos galpões, e também para o preparo da terra e cultivo de produtos agrícolas de subsistência. (SOUZA, 2007, p. 65)

Desse modo,

Ajudar o vizinho nas derrubadas, na colheita, nas edificações da propriedade e, na soma, na construção do espaço público eram institutos que caracterizam o perfil social dos sujeitos sociais oriundos das levas de migrantes dos dois estados sulinos, que definiram o modelo hegemônico de assentamento da região (...). (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2000, p. 55)

O planejamento territorial ordenado tinha na realidade diferentes viés, um deles era a ocupação das áreas de fronteira e a expansão agrícola do país. Ao mesmo tempo oferecia-se as condições necessárias para a reprodução social dos colonos e ainda buscava-se contribuir para a dinamização do mercado interno em ascensão. Porém, as empresas colonizadoras ao priorizar o acesso à terra aos colonos em detrimento de outros grupos como, por exemplo, os posseiros e indígenas que habitavam na região, criaram um

ambiente hostil, pois muitos foram expulsos de forma violenta por jagunços.

Segundo Crestani *et al.* (2011,) a estrutura socioeconômica construída nas primeiras décadas de ocupação pelos agricultores vindos do Sul, está baseada numa produção de subsistência das famílias num primeiro momento e, depois, mediante a comercialização local e regional de excedentes. A suinocultura era a principal entrada de recursos e, por sua vez, o que deu o impulso necessário para o desenvolvimento econômico da região. No entanto, as mudanças de governo populistas que decorreram posteriormente com o governo de Juscelino Kubitschek até o golpe militar de 1964, modificaram a política de atuação do Estado e trouxeram consequências para a região.

De um modo geral, o que distingue as políticas econômicas e de planejamento do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-54) e de Juscelino Kubitschek (1956-61) é a transição de uma política destinada a criar um sistema capitalista nacional para uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente, ou associada aos mercados estrangeiros. (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 210)

Assim, o espaço agrícola dedicado a produção de subsistência passou por uma nova fase, o da modernização da agricultura, com foco na especialização da produção, de modo que, durante o período da ditadura militar, a prioridade era fomentar a exportação de produtos primários incentivando o modelo agroexportador. A agricultura de subsistência praticada pelos colonos, caracterizada pelo sistema de policulturas, foi perdendo espaço nos anos seguintes graças às mudanças introduzidas no sistema agrícola brasileiro através da revolução verde.

A modernização agrícola no oeste paranaense

A revolução verde significou uma nova dinâmica para o espaço rural por meio de uma política agrícola que oferecia crédito, incentivo à compra de equipamentos e máquinas agrícolas e a garantia de preços mínimos. Dessa forma, a revolução verde correspondeu a industrialização da agricultura, promoveu a mecanização dos sistemas produtivos locais, principalmente do trigo, do milho e da soja, fazendo aumentar a produção dessas culturas. Como consequência, houve uma valorização das terras na região e os agricultores que tinham mais capital alcançaram maiores excedentes financeiros e, como resultado, tem-se

o aumento da concentração de terras nas mãos de um menor número de proprietários rurais.

De acordo com Figueiredo (1992 apud SOUZA, 2007), a policultura praticada pelos agricultores cedeu espaço para o padrão agrário moderno, sobretudo, a monocultura da soja, de modo que um novo ciclo se iniciou na região Oeste do Paraná. Esse novo ciclo estava conectado às exigências do capital, que tinha na modernização da agricultura seu principal mercado consumidor para os maquinários e produtos agrícolas produzidos no exterior.

Como consequência desse processo de modernização da agricultura, veio a crise do espaço colonial, ou seja, do modo de vida camponês, das tradições e forma de organização social.

Com a crise, a utopia do espaço colonial entrou em colapso e o colono se esforçou para encontrar alternativas de sobrevivência e de reprodução, enquanto colono-agricultor, como o cooperativismo e a agroindústria. (SOUZA, 2007, p. 67)

O intenso deslocamento de capital financeiro, aliado a novas tecnologias voltadas para os sistemas produtivos, foram responsáveis por afetar as relações sociais e culturais que permeavam a estrutura do espaço rural. Se no início do processo de ocupação da região oeste do Paraná os agricultores voltavam sua produção para os bens alimentícios, a partir de 1970, muitos deles, passaram a se especializar na produção de *commodities*, como, por exemplo, a soja e o milho, e também, a produção de aves, suínos, leite e derivados em grande escala. Entretanto,

Na região oeste do Paraná, apesar da concentração fundiária ser sentida, a onda da modernização forjou uma realidade diferenciada – a existência de uma agricultura predominantemente familiar, de pequenas e médias unidades de produção agrícola, que se adaptaram à dinâmica da modernização e absorveram as inovações tecnológicas derivadas do processo, sem que perdessem de todo o poder decisório do núcleo familiar. (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2000, p. 53)

Através da criação de cooperativas e associações foi possível que uma parcela desses agricultores conseguissem acesso ao crédito para incorporar as novas tecnologias. Isso contribuiu para que a região desenvolvesse uma agricultura com característica empresarial forte, voltada para o mercado externo. Segundo Crestani *et al.* (2011), dadas as experiências de organização comunitária e cooperação vivenciadas pelos grupos de colonos vindos do

Sul, surgiu quase que rapidamente a necessidade de criar cooperativas, pois tratava-se de um sistema de organização conhecida pela maioria dos colonos, a fim de suprir as demandas quanto a produção, armazenagem, beneficiamento e transporte.

São exemplos desse processo a Cooperativa Lar, criada em 1964 na antiga cidade de Gleba dos Bispos (atualmente Missal); a Coopavel, criada em 1970 na cidade de Cascavel; e a Cooperativa Frimesa, criada em 1977, na cidade de Francisco Beltrão (na região Sudeste do Paraná), com filial na cidade de Medianeira.

As cooperativas passaram a desempenhar um papel fomentador do desenvolvimento econômico pela mediação e articulação que exerceram entre os diferentes agentes econômicos, sendo braços importantes para a integração do setor produtivo ao mercado. (CREMONESE; SCHALLENBERGER, 2000, p. 55)

A economia da região Oeste do Paraná encontra-se ancorada pelas atividades da agroindústria alinhada a uma agricultura mecanizada desenvolvida em pequenas propriedades rurais e, também, por latifúndios. Esses sistemas, por sua vez, estão integrados a um circuito econômico mais amplo, o agronegócio, que corresponde tanto à escala nacional como internacional. O resultado da modernização do campo na região é similar ao que aconteceu em outros lugares do País, ao provocar um novo fluxo migratório, do meio rural para o urbano. Segundo dados do Iparde (2007), no que se refere à região oeste, entre 1970 e 2000 houve uma evasão de 408.387 habitantes rurais. Nesse mesmo tempo, os agricultores que permaneceram no campo passaram a se modernizar e se especializar cada vez mais para atender o mercado internacional por meio da produção intensiva.

Ainda, na segunda metade do século XX, outro fenômeno surge, a região foi contemplada com grandes projetos de infraestrutura que acabaram contribuindo para as transformações em curso. Nesse sentido, os projetos de infraestrutura, aliados à modernização agrícola, foram responsáveis por introduzir novos componentes econômicos, sociais e culturais ao território. Entre os grandes projetos, destacam-se a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); o asfaltamento da BR 277, ligando Foz do Iguaçu à Paranaguá (1969); e a implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu (no início dos anos 1970).

De acordo com Crestani *et al.*, (2011, p. 9)

Quando havia a necessidade de ocupar as fronteiras e proteger o Oeste de invasões de estrangeiros, buscaram-se aqueles que estavam dispostos a enfrentar os desafios da colonização, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros e paranaenses da região Norte, e ampliar a produção de alimentos para fartar milhares de brasileiros nas cidades. Quando, mais tarde, o mesmo governo percebeu a necessidade de geração de energia, expulsou os mesmos agricultores que havia incentivado à ocupação da região.

No passado, o colono foi herói, foi guardião das fronteiras, fez parte do desenvolvimento desta nação e produziu o que é indispensável à vida, ou seja, o alimento. Depois, em apenas algumas décadas, o colono que produzia o alimento não pode mais fazê-lo.

Projetos com viés desenvolvimentista, como os que foram implementados na região Oeste do Paraná, são responsáveis por modificar e reestruturar as relações sociais presentes no território em um curto espaço de tempo. A construção da Hidrelétrica de Itaipu atraiu um grande contingente de mão de obra e serviços para a cidade de Foz do Iguaçu. Em virtude disto, verificamos que até os anos de 1950 a população total do Oeste paranaense, que passava de pouco mais de 16.000, subiu para mais de 760.000 habitantes no ano de 1970, um crescimento não verificado em nenhum outro espaço paranaense (IPARDES, 2008).

Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, parte das terras agricultáveis na região foi inundada, acentuando problemáticas sociais de desapropriação e migração de trabalhadores rurais e urbanos. De acordo com Ribeiro (2002 *apud* SOUZA, 2007, p: 70), "o programa de desapropriação foi executado no período compreendido entre 1978 a setembro de 1982, e afetou uma população estimada em 40 mil pessoas, somente do lado brasileiro".

Parte do território de oito municípios (Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena e Marechal Cândido Rondon) foi tomada pelo reservatório de Itaipu e muitas famílias tiveram que abandonar suas terras. Como forma de ressarcir os danos ocasionados com a construção da hidrelétrica, os proprietários de terras da região foram indenizados:

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu acarretou uma série de impactos de ordem ambiental e social na mesorregião, principalmente nos municípios limítrofes (municípios que margeiam os reservatórios), pois além das modificações feitas diretamente no canal fluvial como as barragens, extração de materiais, canalizações, além das modificações desenvolvidas na área de bacia de drenagem como os desmatamentos, houve ainda os impactos causados pela perda de bens de

valor cultural e afetivo. (SOUZA, 2007, p. 70-71)

Portanto, em 1982 a região oeste do Paraná teve sua economia agropecuária afetada pela formação do reservatório do Lago de Itaipu no Rio Paraná, ocorrência que desapropriou e desalojou milhares de famílias agricultoras. Na construção da Hidrelétrica de Itaipu foram inundadas terras férteis e produtivas, de modo que milhares de agricultores familiares perderam seu espaço de vida e trabalho. Por fim, no que corresponde ao histórico de desenvolvimento rural da região, de acordo com Cremonese e Schallenberger, 2000, p. 61:

A produção social do espaço agrícola do oeste do Paraná é a expressão da relação do homem com o seu meio, materializada através das práticas culturais trazidas pelos movimentos migratórios e recriadas a partir das ondas modernizantes, dos pacotes tecnológicos, dos apelos do mercado e do constante processo de universalização da cultura.

Na realidade, as políticas públicas de modernização agrícola promoveram, na opinião de alguns críticos, uma “modernização conservadora”, com a subordinação dos agricultores ao capital financeiro e a transformação do espaço rural, o modo de vida camponês e as relações do homem com a natureza, no que hoje denominamos de crise socioambiental. Ao acender o alerta sobre os impactos da agricultura intensiva na região, são observados nos últimos trinta anos, uma tentativa de resgatar e fortalecer sistemas de produção ecológicos à exemplo da agroecologia.

Processos de ecologização da agricultura

O processo de transição do sistema agroalimentar na região é uma estratégia elaborada a partir da atuação do Centro de Apoio a Produção Agroecológica (CAPA) ligadas a igreja luterana, de ações da Itaipu Binacional para proteção dos recursos hídricos da região e da expansão de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar através dos mercados institucionais.

A partir dos anos de 1990 ganha visibilidade a atuação de associações e ONGs que através do auxílio da extensão rural pública buscam meios de produção menos nocivos ao meio ambiente e mais independentes dos complexos agroindustriais (MERTZ, 2007 *apud* GONÇALVEZ, 2011). Segundo Toledo e Mertz (2006), esses processos foram possíveis graças ao resgate de valores comunitários, da inclusão e organização social dos agricultores familiares orientados por meio do fortalecimento de circuitos curtos de produção e

comercialização de alimentos de base ecológica. Altieri (2009), afirma que o acompanhamento de ONGs que trabalham desde uma metodologia dialógica junto às comunidades rurais tem favorecido o surgimento de experiências exitosas no campo agroecológico.

A Itaipu Binacional por meio monitoramento dos recursos hídricos que abastecem o Lago de Itaipu identificou ameaças decorrentes dos sistemas produtivos convencionais predominantes na região como, por exemplo, contaminação dos rios, solos, seres humanos e animais pelo uso de agrotóxicos, aumento da erosão do solo, eutrofização dos rios e lagos pelo surgimento de algas e o desaparecimento de espécies animais e vegetais (BUONONATO, 2011). Isso porque, desde que a revolução verde chegou ao país, a região Oeste do Paraná vem absorvendo tecnologias industriais, apresentando uma agricultura organizada em monocultivos, intensivos em capital e que utilizam grande quantidade de agroquímicos com implicações que interferem diretamente no tempo de vida útil da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Desse modo, desde que a Usina Hidrelétrica de Itaipu começou a operar em 1985 diversas ações são realizadas pela empresa no território à exemplo dos *royalties* pagos aos municípios lindeiros pelo uso e exploração de parte do seu território. Porém, em 2003, após mudanças na gestão da empresa, que pela primeira vez deixou de ser presidida por militares, foi implementado um programa territorial com o intuito de formar uma rede de proteção dos recursos naturais conhecido por Programa Cultivando Água Boa (CAB), no entanto, as iniciativas voltadas para o espaço rural ficam a cargo do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS). O PDRS, é responsável por mobilizar diferentes atores, instituições e organizações locais incentivando-os na transição dos sistemas agroalimentares.

O fato é que a identificação de problemas ligados à modernização agrícola na região gerou uma demanda por soluções. Desde então, a busca por alternativas tem mobilizado diferentes instituições à exemplo de empresas públicas de assistência técnica, universidades e ONGs. Desse modo, a emergência e estruturação de sistemas produtivos de base ecológica na região Oeste do Paraná ocorreu por interesses e articulações construídas por diferentes atores da região como, por exemplo, Emater/PR que fez um diagnóstico sobre a situação da produção orgânica, do CAPA que articulou a formação núcleo Oeste-PR da Rede Ecovida de Agroecologia, Itaipu Binacional que viabilizou convênios com as organizações locais para

oferta de assistência técnica especializada e do interesse dos agricultores familiares locais em praticar uma agricultura de base ecológica.

Assim, a partir de 2001 começou a se estruturar uma rede de instituições que promovem processos de ecologização da agricultura entre os agricultores familiares locais que imbuídos da perspectiva do desenvolvimento rural sustentável criaram várias parcerias para a implementação de ações na região. A Itaipu Binacional ao elaborar um Programa institucional com foco na produção de base ecológica proporcionou a estruturação de uma rede regional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a promoção de modelos de agriculturas de base ecológica na região Oeste do Paraná. Por meio de um convênio com o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros a Itaipu promove o acesso a assistência técnica com foco na transição do sistema agroalimentar da região.

Segundo Pavlak (2016) através desse convênio, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da Itaipu logrou atender cerca de 1500 famílias entre agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas no Oeste paranaense que adotam práticas ecológica em seus sistemas de produção. São cerca de 8 cooperativas, 22 associações, 12 centros de comercialização de produtos da agricultura familiar e 22 feiras livres sendo beneficiadas pelo serviço de assistência técnica em agricultura orgânica. Além disso, os grupos de agricultores familiares ligados ao Núcleo Oeste-PR da Rede Ecológica de Agroecologia recebem orientação para aplicação das normas exigidas para certificação dos produtos. Conforme Pavlak (2016) a maioria dos agricultores certificados no território conseguiu sua certificação através do Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Rede Ecológica de Agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste do Paraná vivenciou sucessivas dinâmicas espaciais que provocaram conflitos socioambientais. O ordenamento territorial organizado pelas empresas colonizadoras se chocou com a ocupação e forma de organização social dos posseiros e indígenas no território. Contudo, quando o Estado alinhado aos interesses do capital promoveu a modernização agrícola e a construção da Hidrelétrica de Itaipu, os conflitos tomaram uma proporção e magnitude muito maior que levou a desterritorialização de milhares de agricultores pelo alagamento de suas terras ao mesmo tempo em que acontecia a substituição da mão de obra dos trabalhadores pelas máquinas. Além disso, tem-se a

alteração dos sistemas de produção de subsistência para a produção de commodities.

No entanto, as discussões sobre o potencial da agricultura familiar como produtora de alimentos para a sociedade, bem como, o reconhecimento das implicações negativas decorrentes da revolução verde para o meio ambiente e para a saúde das pessoas e animais fez surgir uma nova perspectiva focada no desenvolvimento territorial sustentável para a região. Desse modo, percebe-se que a ecologização da agricultura contribui com a perspectiva de um desenvolvimento territorial sustentável através dos novos arranjos institucionais que levam a transição rumo a uma nova matriz produtiva para o rural.

Contudo, essa perspectiva também apresenta desafios teóricos e empíricos quanto a horizontalidade desses processos, a autonomia dos agricultores familiares em decidir seu próprio sistema de produção e comercialização (principalmente nos territórios indígenas e nos assentamentos de reforma agrária). Ou ainda, entender como as dificuldades políticas e econômicas vivenciadas nos últimos anos se refletiram nas organizações sociais dos agricultores familiares que produzem alimentos de base ecológica na região.

Por fim, é inconcebível um desenvolvimento territorial sustentável que não trate de uma nova matriz produtiva. Nesse sentido vemos que a região Oeste do Paraná tem trilhado esse caminho, porém, resta saber se a transição que está sendo construída condiz com uma agroecologia reformista ligada a ascensão do discurso sobre o desenvolvimento sustentável que é absorvida pelas narrativas e projetos enquanto um ideal normativo ou se é uma agroecologia emancipatória, capaz de resolver os conflitos socioambientais e ampliar a autonomia dos sujeitos do campo e da cidade no que corresponde as suas escolhas alimentares e ao cuidado e proteção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Expressão Popular, 3ª ed. São Paulo, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Ed. da UFRGS, 5ª edição, Porto Alegre, 2009.

BAO, Carlos Eduardo. **O discurso do "pioneiro colonizador" como elitismo cultural na cidade de Toledo/PR**. Revista Em Tese, v. 14, n. 1, jan./jun., 2017, p.140-156. Disponível em <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2017v14n1p155>>> acesso em janeiro de 2023.

BUONONATO, Flávio José. **Estratégias de Marketing: Estudo de caso sobre as Estratégias do Composto de Marketing implementadas pelo Programa Agricultura Orgânica da Itaipu Binacional na Bacia Do Paraná 3, 163p**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Administração, área de Concentração Estratégia e Organizações, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CREMONESE, C.; SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do Oeste do Paraná. **Tempo da Ciência**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. p. 49–63, 2000. DOI: 10.48075/rtc.v12i23.434. Disponível em: <<<https://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/434>>> . Acesso em janeiro de 2022.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Narrativas da Diferença: Memórias dos Conflitos Agrários na Região Oeste do Paraná (1950/80)**. Anais do V Colóquio Internacional Cultura e Memória Social – 24 a 26 de agosto de 2011. P. 823-832. ISSN 2176-4042. Disponível em <<https://www.academia.edu/download/32552062/21_leandro_crestani_1.pdf>> acesso em janeiro de 2023.

DIAS, Edson dos Santos; CASTELANO, Maria José. **O processo de formação social do espaço de fronteira do oeste-sudoeste paranaense**. Revista Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n. 1, p. 07-26, jan./abr. 2015. ISSN 2236-4994. DOI: <<<https://doi.org/10.5902/2236499414908>>> acesso em junho de 2022.

GONÇALVES, Thiago Roberto Zibetti. **Panorama Agroecológico: Atores e Processos no Oeste do Paraná** 101p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011. Disponível em: <<http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/1419>> .Acesso em 08/01/2017.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES. **Os vários Paraná – Oeste Paranaense: o 3º espaço relevante, especificidades e diversidade**. Curitiba: IPARDES, jul. de 2008.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007. 188 p.

PAVLAK, Ronaldo Juliano. **Perfil dos Sistemas de Produção Agroecológicos da Bacia Hidrográfica Paraná 3**. 2016. 65p. Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Agrônoma – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <<http://www.udc.edu.br/libwww/udc/uploads/uploadsDiversos/files/AGRO02%20-%202016.pdf>>. Acesso em jul de 2017.

SANTOS, Alan Junior dos. **Relações Socioculturais e Comerciais num Contexto Transfronteiriço - A Fazenda Britânia (1880-1940)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – UNIOESTE, 2019. 100p. Disponível em <<https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4749/2/Alan_Santos_2019.pdf>>. Acesso em maio de 2022.

SCARPARI, Karini Aparecida. **Desenvolvimento da Agroecologia: A Experiência de Organização Social de Agricultores Familiares em Foz do Iguaçu/PR** 113p. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

SCHALLENBERGER, Erneldo, SCHNEIDER, Iara Elisa. **Fronteiras Agrícolas e Desenvolvimento Territorial: Ações de Governo e Dinâmica do Capital**. Sociologias, Porto Alegre, v 12, nº 25, set./dez. 2010, p. 202-222. Disponível em << <https://www.scielo.br/jj/soc/a/vggQzckwRmYzqzNZwBNzQQL/abstract/?lang=pt>>> Acesso em março de 2022.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o Desenvolvimento Rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política 30 (3), 2010.

SOUZA, Keila Rodrigues de. **Suicídio e Desenvolvimento Regional: Um estudo sócio-econômico da incidência da auto-violência nas regiões Oeste e Sudeste do Paraná**. 141p. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

TOLEDO, M.; MERTZ, U. T. **Rede de Assistência Técnica em Agricultura Orgânica: Uma experiência de trabalho em Parceria no Oeste do Paraná**. In: Prêmio Extensão Rural EMATER Paraná – mimeo. Marechal Cândido do Rondon, 2006.

ZANONI, Magda; RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: imperativos para a pesquisa e a formação. Reflexões em torno do doutorado da UFPR. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, abr. 2015. p. 9-30. <<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v33i0.41086>>. Acesso em: 06/07/2021.